CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31/12/2025

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), é uma Autarquia Federal Especial, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, aprovada por meio da Resolução CFC n.º 1.616/2021 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCRO n.º 186/2003 e alterações.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, regular acerca da aplicação do exame de suficiência e do cadastro de qualificação técnica, bem como a aplicação dos programas de educação continuada.

Estas e outras informações relevantes a respeito do Conselho relacionadas as suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no endereço eletrônico: https://CRCRO.org.br/.

2. Base de Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis e das práticas contábeis: Exercício 2025

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, a IN/VPCI nº 03/2025, que Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício e elaboração do processo de Prestação de Contas pelos Conselhos de Contabilidade que integram o Sistema CFC/CRCs e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de contabilidade (SPW), e tiveram como escopo as informações contábeis extraídas das bases que integram com o sistema de contabilidade.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, são:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
IV. Balanço Orçamentário (BO);
V. Balanço Financeiro (BF);
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
VII. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 e demonstra a posição dos ativos e passivos por meio de contas representativas do patrimônio público, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos

bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais por ele gerido.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

Por sua vez, as notas explicativas têm a finalidade de destacar e interpretar os detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no Balanço Patrimonial os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

3. Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho INT/VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na nota explicativa n.º 02.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os valores evidenciados no imobilizado são resultantes da avaliação dos bens ocorrido no ano de 2010, com a finalidade de implementação do novo modelo previsto no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. Ressalta-se que no exercício de 2025 não ocorreram reavaliações.

Depreciação – A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida com base em laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho INT/VPCI n.º 4/2012, elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

c) Provisões de Curto Prazo - No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para o pagamento anual do 13º salário e para as férias e seus encargos.

d) Provisões Contingências – As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

e) Restos a pagar – Considerando que os orçamentos e os recursos dos Conselhos que integram o Sistema CFC/CRCs, não estão vinculados ao orçamento do Governo Federal, e que não há transferências de recursos a título de subsídio ou outros afins para os Conselhos, ficou regulamentado no âmbito do Sistema CFC/CRCs de que o controle dos restos a pagar deverá ser aplicado para os Restos a Pagar Processados.

f) Contas de Compensação – Ressalta-se que os créditos disponíveis decorrentes de contratos firmados e não executados dentro do exercício, são incluídos no orçamento do exercício subsequente, para o reconhecimento da despesa no exercício em que efetivamente ocorrer a liquidação da despesa, cujo procedimento não causa prejuízo a administração e não compromete a apuração do resultado orçamentário, em decorrência da ausência da liquidação da despesa como restos a pagar efetivamente processado.

4. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

5. Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nos tópicos a seguir serão apresentadas as principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

A seguir apresenta-se a composição destas notas

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

NOTA 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são recursos administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A movimentação desses recursos está em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Quadro 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2025	2024
Bancos Aplicação Financeira	1.895.903,43	1.872.021,89
Total	**1.895.903,43**	**1.872.021,89**

Fonte: Sistema de Contabilidade

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n° 101/2000. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

NOTA 02 - Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

a) Créditos a receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946:

"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,

c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos;

d) doações e legados;

e) subvenções dos Governos. "

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentada em 31/12/2025, os montantes abaixo:

Quadro 2: Créditos a Receber

Descrição	2025	2024
	Ativo Circulante	
Créditos do exercício	1.178.855,02	1.022.983,37
Créditos de exercícios anteriores	2.718.309,43	1.777.747,58
Parcelamento débitos	351.886,95	437.343,21
(-) Perda Estimada	- 3.252.029,02	- 2.399.106,95
Total	**997.022,38**	**838.967,21**
	Ativo Não circulante	
Parcelamento débitos	483.665,98	445.846,86
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.794.089,13	2.532.734,33
Dívida Ativa Executada	2.593.511,28	2.763.632,77
(-) Perda Estimada	- 5.717.331,13	- 5.570.281,16
Total	**153.935,26**	**171.932,80**

b) Ajustes para perdas créditos.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Quadro 3: Perdas Estimadas de Créditos

Descrição	2025	2024
	Ativo Circulante	
Saldo Créditos de Curto Prazo	4.249.051,40	3.238.074,16
Percentual de Inadimplência	0,77%	0,77%
Cálculo de ajuste de perdas	- 3.252.029,02	- 2.399.106,95
Créditos líquidos a receber	**997.022,38**	**838.967,21**
	Ativo Não circulante	
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	5.871.266,39	5.742.213,96
Percentual de Inadimplência	0,97%	0,96%
Cálculo de ajuste de perdas	- 5.717.331,13	- 5.570.281,16
Créditos líquidos a receber	**153.932,26**	**171.932,80**

NOTA 03 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.

Quadro 4: Demais Créditos e Valores

Descrição	2025	2024
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	18.145,20	11.520,91
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00	1.102,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.400,00	5.400,00
Outros Créditos e Valores a Receber	1.841,32	1.841,32
Total	**25.516,52**	**19.864,31**

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em 28/12/2025 e participação dos funcionários no custeio do vale alimentação e vale transporte a ser descontado na folha de pagamento de janeiro de 2026.

b) Tributos e Contribuições a recuperar

Compreende os valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de cota parte repassada a maior e valores de tributos federais recolhidos indevidamente aguardando restituição ou compensação, conforme pedido à Receita Federal do Brasil.

c) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

Corresponde ao incentivo financeiro destinado à aquisição de equipamentos de informática, no âmbito do projeto do Conselho Federal de Contabilidade para ampliação e atualização do parque tecnológico.

d) Outros Créditos e Valores a Receber.

Refere-se aos valores a receber da empresa Vamos Parcelar, decorrentes do não repasse de valores de anuidades de profissionais.

NOTA 04 – Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCRO, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Quadro 5: Materiais em Almoxarifado

Descrição	2025	2024
Almoxarifado	29.868,61	30.820,54

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2025 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Quadro 6: Conciliação do Almoxarifado

CONCILIAÇÃO ALMOXARIFADO						
Ano	Execução Orçamentária Despesa	Balanço Patrimonial				Diferença entre Execução Orçamentária e o Balancete Patrimonial
		Variação Patrimonial Diminutiva	Movimentação de Estoques /Entrada	Movimentação de Estoques/ Saída	Movimentação Patrimonial	
	6.3.1.3.01 (a)	**3.3.1.1.01.01.001 (b)**	**1.1.4.1.01.01 (c)**	**1.1.4.1.01.01 (d)**	**(e) = (b) + (c) – (d)**	**(a) - (e)**
2025	51.662,55	52.614,48	44.559,15	45.511,08	51.662,55	-
		Almoxarifado Líquido				

NOTA 05 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Quadro 7: VPD Antecipada

Descrição	2025	2024
Seguros de bens móveis	7.991,17	2.882.22
Seguros de bens imóveis	6.571,47	4.462,51
Assinaturas periódicas	1.993,34	7.973.32
Total	**16.555,98**	**15.318,05**

No exercício de 2025, ocorreu um aumento de **63,93%** na conta de **seguros de bens móveis**, em decorrência da contratação da empresa **Sura S/A** para a cobertura da frota oficial do **CRCRO**, bem como um acréscimo de **32,1%** na conta de **seguros de bens imóveis**, resultante da contratação do seguro predial junto à empresa **Berkley International do Brasil Seguros S/A**.

NOTA 06 – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

a) Investimentos

São compostos pelas participações permanentes que representam os investimentos realizados em empresas.

b) Imobilizado

b.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2025. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio da Portaria nº 106/2025, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2025, são:

Quadro 8: Bens Móveis e Imóveis

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2024	Aquisições		Baixas		Ajuste ao Vr Recuperável	Saldo em 31/12/2025	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorpora-ções	Alienação (Vendas)	Desincor-poração			
Móveis e Utensílios	399.403,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.403,12	-299.803,18
Máquinas e Equipamentos	174.530,41	7.418,99	0,00	0,00	0,00	0,00	181.949,40	-111.484,71
Instalações	21.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.945,00	-9.875,40
Utensílios de Copa e Cozinha	6.182,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.182,85	-4.875,76
Veículos	449.546,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.546,00	-226.316,65
Equip. Processamento de Dados	389.981,32	15.064,38	0,00	0,00	0,00	0,00	405.045,70	-197.255,76
Sede	1.338.464,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338.464,82	-89.230,80
Subsede	181.739.67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.739,67	-10.385,40
Terrenos	2.767.888,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.888,34	0,00
Estudos e Projetos	6.500,00	139.617,40	0,00	0,00	0,00	0,00	146.117,40	0,00
TOTAL	**5.597.920,80**	**22.483,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.971.379,02**	**-949.227,66**

Entre as aquisições mais relevantes do exercício, destacam-se os registros na conta **Estudos e Projetos**, referentes à contratação de serviços técnicos especializados. Dentre eles, a elaboração do projeto de arquitetura de interiores para a sede do CRCRO, bem como a contratação de projeto técnico para a instalação de central geradora fotovoltaica, destinada à geração de energia elétrica para atendimento da sede do Conselho. Esses projetos representam investimentos estratégicos voltados à modernização, eficiência energética e melhoria da infraestrutura do CRCRO.

No grupo **Maquinas e Equipamentos**, houve a aquisição de televisor smart e impressora térmica para a sede do crcro.
No grupo **Equipamentos de Processamento de Dados**, houve um investimento na aquisição de switches e roteadores para a sede do CRCRO.

b.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução de Trabalho INT/VPCI nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem

estabelecida no laudo de avaliação n. 2.964/2012. Com exceção da Sede e Subsede que foram reavaliados em dezembro de 2020, conforme Laudo do Eng.º Igor Nogueira CREA-PR 148326.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho INT/VPCI nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Quadro 8: Depreciação/Amortização

Descrição	Vida últil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10%
Veículos (uso fiscalização)	5 anos	10%
Equip. de Processamento de dados	5 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	5 anos	10%
Sede	65 anos	20%
Subsede/Sala/Garagens	70 anos	20%

c) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

NOTA 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta o elenco de contas segregadas de acordo com o grau de exigibilidade, observada a seguinte divisão: Pessoal a pagar e encargos trabalhistas; obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais; depósitos consignáveis; fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações.

As obrigações são mensuradas e/ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

a) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – nesse grupo está evidenciado os saldos obrigações a pagar, relativos a salários e ordenado dos funcionários, encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento e ainda os saldos das obrigações tributárias, relativas às retenções legais sobre prestações de serviços

Quadro 10: Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Descrição	2025	2024
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18.537,37	0,00
Obrigações fiscais de curto prazo	768,87	0,00
Depósitos Consignáveis	16.133,69	0,00
Total	**35.439,93**	**0,00**

No saldo relativo às **obrigações de curto prazo**, destacam-se os valores referentes ao INSS e ao IR incidentes sobre a folha de pagamento do mês de dezembro, os quais serão recolhidos em janeiro de 2026.

a) Fornecedores - está evidenciado os saldos obrigações a pagar, relativos ao fornecimento de materiais e bens, e prestação de serviços. No exercício de 2025, não houve saldo a pagar registrado para essa conta.

Ressalta-se que os valores retidos dos fornecedores são depositados em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo XII da IN MPDG n.º 05/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

b) Demais Obrigações de Curto Prazo - está evidenciado os saldos relativos a contas de telefone, energia, água e outras afins, que serão pagas no exercício subsequente.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas as orientações da IN/VPCI/CFC nº 03/2025.

Quadro 11: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações

Descrição	2025	2024
Transferências Legais	2.225,55	15.762,13
Outras Obrigações	10.234,62	13.024,38
Total	**12.460,17**	**28.786,51**

O saldo da conta “Transferências Legais” refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCRO repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade, valores não identificados ou recebidos a maior, os quais estão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira. Também consta o saldo pagar dos honorários advocatícios.

NOTA 08 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante estão evidenciadas também as provisões, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”.

As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável”, são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

- ✓ Provisões Trabalhistas
- ✓ Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- ✓ Provisão da Cota Parte

a) Provisões Trabalhistas

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso.

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento:

Quadro 12: Provisões de Férias

Descrição	2025	2024
Provisão de férias	79.529,74	105.530,69
Encargos Sociais	59.434,29	44.497,56
Total	**138.961,03**	**150.028,25**

Não ocorreram alterações significativas nas provisões de férias, pois não aconteceram modificações no número de colaboradores. Ressalta-se ainda que não há férias acumuladas e vencidas, desta forma não se observa variação nos saldos comparados entre os períodos.

As provisões para o décimo terceiro salário e seus encargos patronais são efetuadas mensalmente (1/12 avos), a partir do mês de janeiro de cada ano e são baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido até o dia 20/12 do exercício em curso, nos termos da legislação trabalhista. Desta forma não há saldo a ser evidenciado por ocasião do fechamento do balanço.

Quadro 13: Provisões de 13° Salário

Descrição	2025	2024
Provisão de decimo 13°	0,00	5.798,33
Encargos Sociais	0,00	5.763,66
Total	**0,00**	**11.561,99**

b) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes emitido pela Assessoria Jurídica, cujos processos são avaliados como “praticamente certo”, “provável”, “possível” e “remota”, podendo ser para ganho ou perda.

As situações de “praticamente certo” e “provável” estão representadas no Balanço Patrimonial e a situação “possível” está destacado nesta nota explicativa, conforme estabelecido pelo CTSP 01 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como “possível” e “remota” não são reconhecidos contabilmente.

De acordo com o relatório enviado pela assessoria jurídica, segue demonstrativo com os valores correspondentes a quantidade e classificação das contingências trabalhistas e cíveis:

Quadro 14: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Descrição	2025		2024	
Processos cíveis				
Classificação	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Praticamente certo	0	0,00	2	4.000,00
Provável	0	0,00	4	20.000,00
Possível	9	104.584,81	0	0,00
Soma		**104.584,81**	**6**	**24.000,00**

c) Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/2012 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

Quadro 15: Cota Parte

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota Parte
Créditos a Receber - CP	997.022,38	199.404,48
Créditos a Receber - LP	153.935,26	30.787,05
Total da Carteira	**1.150.957,64**	**230.191,53**

NOTA 09 – Empréstimos

O empréstimo obtido com o Conselho Federal de Contabilidade teve a finalidade de construção, ampliação e/ou modernização da nossa sede e está contabilizado pelo valor original e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes ao empréstimo obtido com Conselho Federal de Contabilidade, com saldos atualizados em 31/12/2025, são:

Quadro 16: Empréstimos

Curto Prazo		
Descrição	**2025**	**2024**
Empréstimo Principal	68.051,30	68.051,30
Juros sobre empréstimos	32.910,00	21.424,80
(-) Encargos financeiros a apropriar	-6.192,69	-27.005,00
Subtotal curto prazo	**94.768,61**	**62.471,10**

Longo Prazo		
Descrição	**2025**	**2024**
Empréstimo Principal	136.102,60	204.153,90
Juros sobre empréstimos	76.141,15	135.711,75
(-) Encargos financeiros a apropriar	-12.430,74	-31.700,63
Subtotal longo prazo	**199.813,01**	**308.165,02**

Total do Empréstimo		
Descrição	**2025**	**2024**
Principal (CP + LP)	204.153,90	272.205,20

Juros (CP + LP)	109.051,15	157.136,55
Encargos Financeiros a Apropriar (CP + LP)	-18.623,43	-57.705,63
TOTAL GERAL	**294.581,62**	**370.636,12**

NOTA 10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Quadro 17: Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2025	2024
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	224,52
Resultado do Exercício	243.390,61	-235.221,57
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	7.111.156,31	7.346.153,36
Total	**7.354.546,92**	**7.111.156,31**

NOTA 11 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2025 foi apurado um superávit financeiro no valor de R$ 1.751.114,80, decorrente principalmente de resultado de exercícios anteriores.

Quadro 18: Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2025	2024
Ativo Financeiro	1.937.975,93	1.907.204,25
(-) Passivo Financeiro	186.861,13	-190.376,75
Superávit	**1.751.114,80**	**1.716.827,50**

Metodologia de cálculo:

Ativo Financeiro	2025	2024
Ativo circulante	2.964.866,92	2.776.992,00
(-) créditos de curto prazo	-997.022,38	-838.967,21
(-) estoques	-29.868,61	-30.820,54
(=) Valor do Ativo Financeiro	1.937.975,93	1.907.204,25

Passivo Financeiro	2025	2024
Passivo circulante	535.821,27	479.027,85
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-24.000,00	-24.000,00
(-) Provisão de cota-parte	-230.191,53	-202.180,00
(-) Empréstimos	-94.768,61	-62.471,10
(=) Valor do Passivo Financeiro	186.861,13	190.376,75
Superávit Financeiro	**-1.751.114,80**	**-1.716.827,07**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

NOTA 12 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o resultado apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 20: Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial	2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.651.014,77	6.251.275,77
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	6.407.624,16	6.486.497,34
Superávit	**243.390,61**	**-235.221,57**

Quadro 21: Confronto do Resultado Patrimonial

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2025	2024
Ativo Financeiro	1.937.975,93	1.907.204,25
Ativo Permanente	6.152.205,27	5.991.144,93
ATIVO (I)	**8.090.181,20**	**7.898.348,18**
Passivo Financeiro	186.861,13	190.376,75
Passivo permanente	548.773,15	596.816,12
PASSIVO (II)	**735.634,28**	**787.192,87**
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	**7.354.546,92**	**7.111.156,31**

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 13– Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Quadro 22: Saldo disponível em Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2025	2024
Saldo Disponível do Exercício Anterior	1.872.021,89	2.090.496,34
Saldo Disponível para o Exercício Seguinte	1.895.903,43	1.872.021,89

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 14 – Balanço Orçamentário

O orçamento do CRCRO para o exercício de 2025 foi aprovado por meio da Resolução nº 358/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Rondônia, em 27 de dezembro de 2024 no valor de R$ 3.298.105,00 e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de superávit financeiro no valor de 1.654.513,82, totalizando em R$ 4.952.618,82.

Quadro 23: Balanço Orçamentário

Descrição	Corrente	Capital

Receita prevista	3.120.183,00	277.922,00
Receita realizada	3.409.111,76	115.500,00
Percentual arrecadado	109.26	41.56
Despesa fixada	4.600,622,28	527.112,00
Despesa executada	3.264.076,37	230.152,07
Percentual realizado	**73,76%**	**43.66%**
Resultado orçamentário corrente (Superávit)		**30.383,32**
Resultado orçamentário (Superávit)		30.383,32

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R$ 30.383,32.

a) Resultado Orçamentário comparado

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

Quadro 24: Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário	2025	2024
Receitas (corrente + capital)	3.524.611,76	3.052.252,80
Despesas (corrente + capital)	3.494.228,44	3.292.029,21
Superávit/Déficit	**30.383,32**	**-239.776,41**

b) Execução de Restos a Pagar Processados

O demonstrativo de execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as despesas pagas no exercício subsequente e as canceladas.

Até o dia 31 de dezembro, o saldo a pagar de Restos a Pagar Processados totaliza R$ 38.104,46 (trinta e oito mil, cento e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Quadro 25: Resultado Orçamentário

Restos a pagar processados	Ne	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		em exercícios anteriores	em 31/12/2025			
Restos a Pagar processado - Corrente	03	15.762,13	38.104,46	15.762,13	0,00	38.104,46

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 15 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos.
- A geração líquida de caixa está demonstrada pela soma dos fluxos acima mencionados e o resultado do período, somado ao saldo do exercício anterior, evidencia o saldo do caixa e equivalente de caixa demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 26: Geração de Caixa e Equivalente de Caixa

Geração de Caixa e Equivalente de Caixa do período	2025	2024
Fluxo de Caixa das Operações	138.533,61	(24.339,38)
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(46.600,77)	(147.385,73)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	(68.051,30)	(68.051,30)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**23.881,54**	**-218.474,45**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 16 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Quadro 27: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	NE	Patrimônio líquido	
		2025	2024
Saldo Inicial do Exercício		**7.111.156,31**	**7.346.153,36**
Ajustes de Exercício Anterior	0	0,0	224,52
Resultado do Exercício	x	243.390,61	-235.221,57
Saldo Final do Exercício		**7.354.546,92**	**7.111.156,31**

Na demonstração encerrada no período, verificou-se que o patrimônio teve uma variação de 3.31% entre 2024 e 2025, decorrente, principalmente do aumento da anuidade.

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2026.

Contador **Jair Genor Bevilaqua**
Presidente do CRCRO

Contador **Silvano Sabino de Souza**
CRC nº RO – 010515/O-8